

7. A Arquitectura Tradicional em Portugal

Também em Portugal se assistiu, desde meados do séc. XIX até cerca dos anos 20 do séc. XX, à proliferação de estilos diversos, fruto da influência que alguns dos arquitectos de então traziam de fora, principalmente de França – como é o caso de Ventura Terra ou Possidónio da Silva, mas também pela produção de arquitectos estrangeiros que por cá trabalharam na época, de que é exemplo o italiano Luigi Manini, entre outros.

Nomes como os já citados e os de Norte Júnior, José Luis Monteiro ou Marques da Silva fizeram parte do período que por cá se convencionou chamar de “Ecletismo” ou “Período Romântico”.

Se grande parte dos edificios então construídos segundo este (s) modelo(s) estético(s) possuíam referências claras aos locais onde os seus autores recolheram essa influência (França, Itália, Inglaterra, etc. ...), ou tinham referências exóticas / orientalistas (Palacete no Príncipe Real, em Lisboa ou Palácio da Bolsa no Porto) outros houve que denotavam já referências claras à Tradição local.

Procurou-se também aqui recuperar elementos de singularidade nacional, uma imagem ou “estilo” arquitectónico que se pudesse considerar “portuguesa”, recorrendo a símbolos e linguagens neo-manuelinas – A estação do Rossio, de José Luis Monteiro, a casa O’Neil, hoje Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais, de Luigi Manini e Francisco Vilaça, ou o Palácio do Bussaco (inicialmente destinado a pavilhão de caça real), igualmente de Manini, são exemplos significativos desse período da produção arquitectónica em Portugal, muito imbuído ainda de uma estética própria do Romantismo. E outros “voos” não houve, ou tiveram expressão muito tímida (tal como a Arte-Nova ou o “Modern style”) em grande parte

por força da crise económica que se viveu em Portugal desde o fim do Fontismo, no final do séc. XIX, e que se prolongou pelos primeiros tempos da República.

Os diversos estilos que se importavam impunham-se aqui e acolá, sem constituírem propriamente uma “renovação” na produção de então, mais marcadamente no litoral e na grande cidade, enquanto o interior permanecia fiel às tradições arquitectónicas, no desenho e nos sistemas construtivos.

Os novos hábitos de férias na praia, trouxeram arquitecturas igualmente “novas” aos “Estoris”, Cascais – local de férias da família Real – e, mais tarde, também às praias da região do Porto, à Figueira da Foz e outras. Os “chalets” surgiram um pouco por todo o lado, nestas localidades, introduzindo na paisagem um exotismo nunca visto, por um lado, mas também um estilo de vida mais informal, mais convivial, ou mais doméstico, se quisermos, no seio das classes de maior poder económico.

O sinal mais claro de mudança vem de um grupo de arquitectos da corrente designada “naturalista tradicional” de onde se destaca Raul Lino. Com este Arquitecto assiste-se, pela primeira vez com genuína autenticidade e já não como reflexo romântico ou nostálgico, à procura de uma raiz nacionalista da arquitectura, retomando linguagens que desde o “mourisco” até ao “Pombalino”, ou ao “Barroco”, criaram novos modelos, “axiologicamente definidores das formas persistentes (...) na arquitectura”, como diz Irene Ribeiro na sua tese “Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura”. Esta constituiu uma “tentativa de reaportuguesamento da arte de construir”, como a designa José Augusto França “na continuidade da memória colectiva e no respeito pela ecologia, (...) numa desejável

adequação entre a Arquitectura, a Paisagem e a Vida”, como diz uma vez mais Irene Ribeiro na obra atrás citada.

Raul Lino deixou-nos obras de uma beleza extraordinária, conseguindo conjugar, de forma extremamente eficaz e simultaneamente bela, os aspectos práticos da vida doméstica com a tradição local, numa síntese que não poderia ser mais actual, em face da massificação a que assistimos e por contraponto, até, às propostas desencontradas, caóticas e desadequadas ao meio ambiente que hoje se vão produzindo, num espectáculo em que as “vedetas” se vão sucedendo, segundo a moda, alinhando nesse conceito profundamente ligado ao consumo desinformado e desenfreado, controlado pelos grandes grupos económicos que hoje dominam o Planeta, manipulando os gostos e cujo único objectivo é o lucro a qualquer preço – mesmo que esse preço seja o da degradação da nossa qualidade de vida.

Raul Lino constitui pois uma lição a ter em conta, não só pelo que ficou exposto mas também pela qualidade construtiva das suas obras, plenas de modernidade e, ao mesmo tempo, dando continuidade à História, à Tradição, numa síntese notável, constituindo assim um dos bons exemplos da verdadeira noção da Tradição que, ao contrário do que certas teorias mais dogmáticas nos quiseram fazer crer, ao longo do séc. XX, não exclui a inovação ou a criatividade.

O regime que dominou Portugal, desde os anos 30 do séc. XX até Abril de 1974 e que se convencionou designar de “Estado Novo”, mais marcadamente nos anos 40 e 50, sob a batuta de Salazar, do seu Ministro das Obras Públicas – Duarte Pacheco – e do ideólogo da propaganda do regime que foi António Ferro, sustentou a produção de arquitecturas que, num estilo que procurava sintetizar a tradição local com a ideia de Império

e de um gosto pelo “modesto”, pelo rural, absorvendo muito dos arquitectos que, como Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Cotinelli Telmo e outros, desde os anos 20, começavam a produzir obras ao gosto modernista da época, rendendo-se boa parte destes ao gosto oficial, que só por ignorância se poderá confundir com o da obra de Raul Lino.

Só com a morte de Duarte Pacheco e já sob a influência da Carta de Atenas e após a realização do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948) se começou a desenhar uma reacção a esse gosto dominante na arquitectura, surgindo personalidades como Keil do Amaral, p. ex., com propostas que procuravam traduzir as correntes internacionalistas do movimento moderno, por um lado e, por outro – um pouco mais tarde – tentando novos caminhos, inspirados nas correntes mais regionalistas que começaram a surgir nos países nórdicos e de que a Escola do Porto – de Fernando Távora, Siza Vieira e outros – veio a constituir uma referência internacional.

O inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, que teve início em 1956 (F. Keil do Amaral, Fernando Távora e outros), completado mais recentemente com as obras “Arquitectura Popular nos Açores”, e “Arquitectura Popular na Madeira”, de Vítor Mestre), constitui outro marco assinalável na história da arquitectura tradicional em Portugal. E o Trabalho desenvolvido foi notável, pena é que tenha servido para muito pouco nos anos que lhe seguiram.

De facto, aquilo que se produziu em Portugal, no campo da Arquitectura, a partir dos anos 70 até aos nossos dias – e salvo honrosas excepções – a maior parte muito recente – foi de muito fraca qualidade, tendo proliferado a construção especulativa que, para além do panorama devastador e de profundas consequências ambientais que criou nas periferias das grandes

ciudades, atentou ainda contra muitas das obras ou conjuntos equilibrados dentro dos próprios núcleos urbanos.

A repulsa com que em Portugal se encara ainda hoje a produção de Arquitectura inspirada em modelos tradicionais deve-se fundamentalmente, a dois factores:

- O primeiro e talvez mais significativo, deve-se ao facto de a já mencionada “Arquitectura do Estado Novo”, que só por ignorância se poderá rotular de “Tradicional”, estar indissociavelmente ligada ao regime que dominou a sociedade portuguesa até Abril de 1974 – Os arquitectos portugueses, na sua esmagadora maioria opositores do regime cessante, desenvolveram assim uma reacção, que é mais ou menos compreensível, a tudo o que pudesse ser associado a Tradição, embora hoje, passados 30 Anos, pareça talvez demasiado emocional e incompreensível para as novas gerações (que sentem os problemas da perda de identidade cultural e da degradação ambiental como muito mais urgentes do que outros, de índole abstracta e desprovida de sentido no actual quadro globalizante), e elegeram o “estilo modernista” ou as correntes neo-modernistas que lhe surgiram como os únicos admissíveis, confundindo tradição com um passado recente muito fechado ao exterior e às novidades que vinham de outras paragens; Paradoxalmente, assiste-se por parte desses arquitectos, a uma atitude semelhante, de sinal contrário mas igualmente dogmática;

- O 2º. factor decorre da fraca qualidade da produção arquitectónica dita tradicional que, principalmente a partir dos finais dos anos 80 e princípio dos anos 90, começou a surgir, como reacção ao esgotamento dos modelos neo-modernistas e pós-modernistas um pouco espontaneamente e empiricamente, sem conhecimento das suas regras, sem fundamento, sem qualidade, com modelos profundamente “kitch”, como consequência da

recusa que as escolas existentes persistiram (e persistem ainda) em manter o ensino da arquitectura tradicional nos seus “currícula”, voltando assim as costas a este fenómeno incontornável que, desde a “casa do emigrante” até às moradias dos condomínios fechados, passando pelos empreendimentos turísticos pretensamente regionalistas, povoaram a paisagem portuguesa nas duas últimas décadas, persistindo ainda em manifestar-se, a par com a produção oficial, académica, que muito embora por vezes com obras de qualidade, se continua a recusar a repensar as suas bases sociológicas, isolando-se cada vez mais nos seus círculos herméticos, afastando-se progressivamente dos desejos e vontade das populações, criando mitologias alimentadas por uma máquina propagandista do “establishment” que não tem qualquer interesse em mudar, ignorando os sinais dos tempos.

A excepção a esta regra veio de um grupo de arquitectos, no qual se inclui o autor destas linhas, também desde meados dos anos 80, produzindo arquitecturas em que a História e a Tradição desempenham um papel inspirador. Desde as propostas mais vernaculares de Tiago Bradel ou Luis Bleck da Silva, até às mais classicistas ou historicistas de José Cornélio da Silva, passando pelos modelos que sintetizam o clássico com a tradição local de Alberto Castro Nunes e António Braga, entre outros, procura-se a reconciliação da produção de arquitectura de qualidade com a vontade mais genuína das populações, sem complexos ou dogmas, com tolerância e sensibilidade, retomando o curso da História, sem cortes radicais e integrando inovação e modernidade com o saber ancestral, ou com a Tradição, no respeito pela memória colectiva de um povo com direito à sua singularidade cultural.

Como dizia Miguel Torga, talvez um dos maiores escritores e poetas da Língua Portuguesa do séc. que passou: “O que me dói na Pátria é não

haver correspondência no espírito dos portugueses entre o seu passado e o seu futuro. Cada monumento que o acaso preservou inteiro ou mutilado – Castelo, Pelourinho, Igreja, Solar ou simples Fontanário – é para todos nós uma sobrevivência insólita, que teima em durar e em que ninguém se reconhece. Olhamos os testemunhos da nossa identidade como trastes velhos, sem préstimo, que apenas atravancam o quotidiano. Que memória individual ou colectiva se relembra nesta crónica ameaçada?”

Torga, que amava profundamente a “Terra”, viveu este divórcio entre passado e futuro com mágoa e, como ele, muitos de nós partilhamos essa triste realidade com decepção, conscientes que este amor pela “Terra” nada tem de nostálgico ou retrógrado, pelo contrário, assume-se como única resposta possível a uma ameaça de massificação, de reduzir tudo a modas e consumo, com resultados ambientais catastróficos. Constitui portanto a resposta mais actual, culta, informada a essa ameaça antinatural.

Se para a Arquitectura existe ainda por parte das academias portuguesas alguma relutância na aceitação desta realidade, ignorando tudo o que se vem produzindo quer em teoria quer na prática em tantos outros países, como atrás já descrevemos, recusando novos modelos de ensino como os iniciados por José Cornélio da Silva e Lucien Steil na Licenciatura em Arquitectura do Centro Regional da Beiras da Universidade Católica Portuguesa, em Viseu, já no urbanismo se assiste a mudanças bastante positivas. O fenómeno da “Conservação”, o reconhecimento da importância da preservação dos “Momentos e dos Sítios”, o advento da classificação – quer nacional quer internacional – veio despoletar a aceitação de tipologias urbanas de raiz tradicional, por contraste com as que se vinham produzindo segundo os modelos dos dogmas nacionalistas do séc. XX.

A evidência da qualidade destes espaços urbanos entretanto recuperados – de Guimarães a Évora, passando por Óbidos e tantos outros - foi tal que hoje não é já possível tratar do ordenamento do território ou do planeamento urbano ignorando as lições da Tradição nestas matérias. Mas estas deixamos para o capítulo seguinte.

8. O Urbanismo Tradicional em Portugal

A matriz da urbe portuguesa é muito semelhante à dos demais países do Sul da Europa, com raízes marcadamente medievais e, em alguns casos, marcas profundas da romanização. No caso português, com intervenções pouco significativas na época do Renascimento – de que o exemplo do Bairro Alto, em Lisboa, constitui excepção.

A generalidade das nossas urbes cresceram de forma orgânica, desenvolvendo-se em redes de ruas, praças e largos, formando um tecido muito uniforme, pontuado pelos edifícios mais notáveis – civis e religiosos – O Castelo, a Sé, as igrejas, os palácios – verdadeiros “ecossistemas urbanos” singulares que foram evoluindo ao longo dos Séculos, plenos de vitalidade.

O terramoto de 1755 veio destruir profundamente muitas destas “estruturas” e contribuir para uma diferenciação, de certa forma singular, ou especial, do caso português – pelo menos nas cidades mais afectadas, como é o caso de Lisboa.

Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – Ministro do Reino no reinado de D. José I, logo após o terramoto, tomou as “rédeas” da reconstrução e, dos traçados de arquitectos e engenheiros como Eugénio dos Santos, Manuel da Maia ou Carlos Mardel, renasceram ruas, praças,

largos, quarteirões ou bairros de inspiração iluminista que, respeitando divisões administrativas e as memórias dos espaços urbanos mais significativos, introduziram a “modernidade”, a “luz”, disciplinando com geometrias mais cartesianas o que era orgânico e integrando, sempre que se afigurava possível, os edifícios recuperáveis ou de recuperação indispensável.

Estas cidades renasceram, assim, num ambiente mais arejado e luminoso e, até finais do séc. XIX, foram recuperando lentamente as suas populações e actividades, profundamente afectadas por aquela catástrofe natural.

Só com o advento do Fontismo e com a industrialização se começaram a vislumbrar as primeiras mudanças de relevo nas cidades portuguesas – Os primeiros transportes públicos, a iluminação pública, a abertura de grandes “boulevards” como o da av. da Liberdade, em Lisboa, a construção de elevadores públicos, etc. ... revelam uma preocupação crescente com o espaço público, com a utilização da cidade por uma classe emergente da industrialização e que, com o crescendo da sua importância e número, exigia também novos bairros – as Avenidas Novas, ou o bairro de Campo de Ourique de Ressano Garcia, são exemplos desse fenómeno na cidade de Lisboa. Nestes novos bairros, de desenho ortogonal, conserva-se ainda o essencial da matriz da cidade europeia, integrando usos múltiplos, num salutar convívio da “Res Pública com a Res Privada”.

Entretanto, e em grande parte fruto da crise política e económica que se seguiu ao Fontismo e que se fez sentir até ao advento do “Estado Novo” nos anos 30 do séc. XX, nada de significativo se produziu, em Portugal, em matéria de urbanismo até essa época, para além de um ou outro “bairro novo”, aqui ou acolá.

Com efeito, só no final dos anos 30 e no início dos anos 40 se assiste a algumas mudanças nesse panorama, de que se destaca o movimento de restauro de inúmeros monumentos, por todo o país, tais como a Sé ou o Castelo de S. Jorge, em Lisboa, o Paço dos Duques e o Castelo de Guimarães, o Palácio Nacional de Sintra, Queluz, Mafra, Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Tomar, numerosos castelos e monumentos evocativos de destaque.

“Este olhar para o passado da pátria ajustava-se às realizações do presente, mas impunha a estas uma referência ideográfica” – José Augusto França.

Paralelamente, assistia-se ao nascimento de novos bairros, ruas, avenidas e praças, em conjuntos claramente baseados nos modelos clássicos – espaços canais e alamedas – pontuados ou acentuados com monumentos, fontes e outros marcos, praças bem delimitadas ou enquadradas por edifícios, com traçados geométricos rigorosos; Sente-se regra, ordem, sentido. Há a galeria, o jardim público, a rua, o quarteirão, o bairro: Há uma escala própria, humana que, no entanto, é demasiado sujeita à régua e ao esquadro do técnico de planeamento.

Nos conjuntos mais “domésticos” – quer nos da grande cidade quer nos das vilas e aldeias – houve ainda a intenção de integrar, de região para região, os elementos mais caracterizadores das tradições urbanísticas e arquitectónicas locais, não só no desenho mas também nos materiais que, no entanto, devido a uma excessiva “racionalidade”, resultaram pouco “naturais”, com uma carga de “severidade” excessiva, que excluiu a alegria, a sensibilidade ou a leveza. Não há tolerância, nem charme, mas há uma boa base.

Como dizia Raul Lino, a propósito da Exposição do Mundo Português, de 1940, “uma coisa ficou pelo menos demonstrada: não bastam os motivos heráldicos ou etnográficos para imprimir cunho nacional a uma obra de Arte; o carácter nacional reside no que o sentimento arquitectónico tem de inefável, no mistério das proporções, na índole das formas plásticas que o artista prefere naturalmente – tornando este advérbio na sua acepção primeira e integral”. E isto poderia aplicar-se igualmente à Cidade.

Procurou-se dar a imagem de um Portugal rural, de valores tradicionais, mas forçadamente, sem autenticidade e sem urbanidade. é de certa forma um pouco cenográfica – o resultado não é o produto de factores concretos que decorram do meio ou da expressão formal de uma cultura específica.

Hoje, no entanto, com a ajuda que o Tempo deu no apagar ou suavizar da excessiva rigidez desses lugares, muitos dos bairros, ruas e avenidas de então, constituem lugares bastante aprazíveis para viver, deixando sobressair a qualidade da base, de raiz tradicional.

Desde a morte de Duarte Pacheco, e mais acentuadamente desde os anos 70 do séc. XX, assiste-se à criação de novos conjuntos de construção, planeados, com base nos modelos da Carta de Atenas, separando as ruas dos edificios, criando zonas monofuncionais e isolando as construções em espaços vazios, anulando a função da rua, introduzindo a dependência excessiva do automóvel e das infraestruturas viárias, negando a praça o “fórum” ou a “ágora”, sistematizando ou ordenando a disposição dos edificios segundo lógicas abstractas, desprovidas de qualquer sentido humano, rejeitando a forma natural de organização social do Homem, produzindo anti-cidade, destruindo a Cidade.

Os centros urbanos esvaziam-se de habitação que é substituída por serviços. Com a supressão deste tipo de uso, as ruas tornam-se inseguras, as cidades perdem qualidade de vida.

Entretanto, as periferias das cidades vão crescendo, ou segundo estes modelos de planeamento, ou de forma desordenada, em bairros clandestinos de cimento ou de “barracas”, acompanhando a desertificação dos campos, do mundo rural, que procura a melhoria da sua condição de vida na grande cidade.

Com o novo regime, a partir de 1974, e mais marcadamente a partir dos anos 80, assiste-se a dois fenómenos urbanísticos novos na sociedade portuguesa – a construção de habitação de custos controlados em larga escala e a renovação dos centros históricos.

As políticas que têm presidido a estes fenómenos, tal como as que estão na base da produção urbanística em geral, em Portugal, até hoje, continuam a assentar em pressupostos ultrapassados. Só agora, e timidamente, se começa a falar na importância da rua, da mistura de usos e de extractos sociais, mas, no entanto, continuam-se a produzir condomínios para pobres e para ricos, alimentando a segregação social e voltando as costas à Cidade.

Ao contrário do que acontece um pouco por todo o lado na Europa e nos Estados Unidos (e já também noutros lugares), em Portugal ainda não se faz cidade verdadeiramente e as teorias de Jane Jacobs, Léon Krier e outros, continuam a não ter oportunidade de demonstrar a sua importância e actualidade nestas paragens.

Reconhece-se a qualidade de vida nos bairros tradicionais recuperados, aceita-se a renovação urbana como algo de indispensável para as nossas cidades, recuperam-se zonas, constroem-se edifícios notáveis mas ainda não se admite fazer novo com base nos modelos de inspiração tradicional.

A recuperação do Chiado, em Lisboa, liderada por Siza Vieira, constituiu de certa forma uma surpresa para muitos – que esperavam uma intervenção mais radical, como agora parece ser moda e que os actuais responsáveis autárquicos anseiam desesperadamente desenvolver, tendo já contratado projectos aos ateliers mais “fashionable” internacionalmente, desbaratando verbas vultuosíssimas do erário público, enquanto continuamos a diminuir as dotações orçamentais para a renovação urbana ou para a conservação do património.

Já Eça de Queiroz, no final do séc. XIX, se insurgiu contra esse “noção provinciana de progresso”. As populações, entretanto, vão “agarrando”, conforme podem, realizações mais próximas do seu ideal de Cidade, de matriz europeia – orgânica, com vida – rejeitando, sempre que possível, os modelos abstractos que as autoridades teimam em impôr. Qualquer realização imobiliária que aposte no preenchimento dos vazios dos centros urbanos, recuperando imagens e vivências, tem sucesso assegurado à partida – o que é sintomático.

Os tempos mudarão, é inevitável.

José Baganha